

# **Pinus Taeda Florestal S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas da  
Pinus Taeda Florestal S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Pinus Taeda Florestal S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pinus Taeda Florestal S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os administradores da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os administradores a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 20 de fevereiro de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

*Carlos Jefferson Z. Kusma*  
Carlos Jefferson Z. Kusma  
Contador  
CRC nº 1 PR 060104/O-2

PINUS TAEDA FLORESTAL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	2024	2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2024	2023
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.799	5.594	Fornecedores	10	898	537
Contas a receber de clientes	4	7.468	4.472	Tributos a pagar	11	960	623
Estoque	5	518	603	Outras obrigações	21	91	12
Tributos a recuperar	6	91	91	Empréstimos e financiamentos	14	183	183
Outros ativos	7	211	235	Adiantamentos recebidos	12	657	481
Total do ativo circulante		<u>17.087</u>	<u>10.995</u>	Obrigações com pessoal	13	318	278
				Total do passivo circulante		<u>3.107</u>	<u>2.114</u>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Imobilizado	8	61.130	60.910	Empréstimos e financiamentos	14	192	302
Intangível	8	375	437	Total do passivo não circulante		<u>192</u>	<u>302</u>
Ativo biológico	9	<u>399.893</u>	<u>374.919</u>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Total do ativo não circulante		461.398	436.266	Capital social	15	283.000	283.000
				Reserva legal		14.461	11.164
				Reserva de lucros		161.241	150.682
				Reserva especial		16.485	-
				Total do patrimônio líquido		<u>475.186</u>	<u>444.846</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><u>478.485</u></u>	<u><u>447.262</u></u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><u>478.485</u></u>	<u><u>447.262</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

PINUS TAEDA FLORESTAL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o resultado por ação)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita operacional líquida	16	64.417	67.265
Custo dos produtos vendidos	17	(54.601)	(69.645)
Variação no valor justo de ativos biológicos	9	64.732	7.703
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		74.548	5.323
Despesas operacionais, administrativas e gerais	17	(7.077)	(6.794)
Outros resultados operacionais	19	17	112
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		67.488	(1.359)
Resultado financeiro líquido	18	783	1.148
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		68.271	(211)
Imposto de renda e contribuição social	20	(2.330)	(2.578)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>65.940</u>	<u>(2.789)</u>
Quantidade de ações		283.000	283.000
Lucro/(Prejuízo) por ação		0,2330	(0,0099)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

PINUS TAEDA FLORESTAL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
(Em milhares de reais -R\$)

---

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	65.940	(2.789)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	<u>65.940</u>	<u>(2.789)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

---

PINUS TAEDA FLORESTAL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
(Em milhares de reais -R\$)

	Capital Social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva especial	Resultados acumulados	Total
Saldo em 31/12/2022	283.000	11.164	165.971	31.459	-	491.594
Distribuição de lucros aprovado em 16/05/2023	-	-	-	(31.459)	-	(31.459)
Distribuição de lucros aprovado em 22/11/2023	-	-	(12.500)	-	-	(12.500)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	(2.789)	(2.789)
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-
Reserva especial	-	-	-	-	-	-
Transferência reserva de lucros	-	-	(2.789)	-	2.789	-
Saldo em 31/12/2023	283.000	11.164	150.682	-	-	444.846
Distribuição de lucros aprovado em 10/05/2024	-	-	(8.600)	-	-	(8.600)
Distribuição de lucros aprovado em 09/08/2024	-	-	(10.000)	-	-	(10.000)
Distribuição de lucros aprovado em 11/11/2024	-	-	(17.000)	-	-	(17.000)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	65.940	65.940
Constituição de reserva legal	-	3.297	-	-	(3.297)	-
Reserva especial	-	-	-	16.485	(16.485)	-
Transferência reserva de lucros	-	-	46.158	-	(46.158)	-
Saldo em 31/12/2024	283.000	14.461	161.241	16.485	-	475.186

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

PINUS TAEDA FLORESTAL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
(Em milhares de reais -R\$)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	65.940	(2.789)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	(64.732)	(7.703)
Exaustão ativo biológico	54.603	63.612
Juros de empréstimos	48	28
Depreciações e amortizações	567	488
Ganho na venda de ativo imobilizado	-	(112)
Lucro líquido (prejuízo) ajustado	<u>56.426</u>	<u>53.524</u>
(Aumento) redução nas contas do ativo:		
(Aumento) redução em clientes	(2.996)	(1.794)
(Aumento) redução em estoques	85	355
(Aumento) redução em outros ativos	22	1.200
Aumento (redução) nas contas do passivo:		
Aumento (redução) em fornecedores	361	217
Aumento (redução) em outros passivos	2.377	265
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(1.902)</u>	<u>(2.516)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>54.375</u>	<u>51.251</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Compra de ativo imobilizado e intangível	(725)	(989)
Aquisição de ativos florestais	<u>(14.845)</u>	<u>(7.657)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(15.438)</u>	<u>(8.646)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos	<u>(35.600)</u>	<u>(43.959)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(35.600)</u>	<u>(43.959)</u>
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>3.205</u>	<u>(1.354)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	5.594	6.948
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	<u>8.799</u>	<u>5.594</u>
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>3.205</u>	<u>(1.354)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

## PINUS TAEDA FLORESTAL S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

Pinus Taeda Florestal S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi fundada em 24 de junho de 2015, com sede em Curitiba - PR. A Companhia tem por objeto social (i) o plantio e cultivo de florestas de pinus e eucalipto; (ii) a extração de madeira em floresta plantadas; (iii) a realização de atividades de apoio à produção florestal; (iv) a gestão e exploração de floresta; (v) o desenvolvimento de floresta e/ou reflorestamento de eucaliptos, pinus e outras espécies; (vi) a administração e execução de projetos florestais, por conta própria e/ou de terceiros; (vii) o comércio de florestas e árvores em pé; e (viii) participação em outras sociedades na qualidade de sócio acionista.

A Companhia é um empreendimento controlado em conjunto (“Joint venture”), dos seguintes acionistas, Acionista I e Acionista II.

### 1.1. Declaração de conformidade

A aprovação da emissão e divulgação das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 20/02/2025.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

## 2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional da Companhia e com base na geração de caixa de sua atividade operacional, e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto em relação aos instrumentos financeiros ao valor justo e ativos biológicos contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.14.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

## 2.2. Moeda funcional

### a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

### b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com contas a receber de clientes, contas a pagar, partes relacionadas e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

## 2.3. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de

balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado; e (iii) valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da companhia ou da contraparte.

#### 2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

#### 2.5. Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”) são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando:

- (i) O conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras.
- (ii) Instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, nas não apresentam evidência objetiva de “impairment”.
- (iii) Ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de “impairment” em 31 de dezembro 2024.

As PECLD foram constituídas em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

#### 2.6. Estoques

Os estoques de insumos agropecuários são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis. Já os estoques que compreendam o produto agrícola que a entidade tenha colhido, proveniente dos seus ativos biológicos, são mensurados no reconhecimento inicial pelo seu valor justo deduzido dos gastos estimados no ponto de venda no momento da colheita. Quando os estoques estiverem danificados, se tornarem total ou parcialmente obsoletos ou se os seus preços de venda tiverem diminuído, a entidade adota a prática de reduzir o valor de custo dos estoques (write down) para o valor realizável líquido. Esta prática é consistente com o ponto de vista de que os ativos não devem ser escriturados por quantias superiores àquelas que se espera que sejam realizadas com a sua venda ou uso. Quando estes estoques de produtos agrícolas, provenientes dos seus ativos biológicos, são vendidos, o custo escriturado desses itens é reconhecido nas contas de resultados do período em que a respectiva receita é reconhecida. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem. A quantia de toda reversão de redução de estoques, proveniente de aumento no valor realizável líquido, também é registrada como redução do item em que for reconhecida a despesa ou a perda, no período em que a reversão ocorrer.

As premissas significativas subjacentes à determinação do valor justo e/ou do valor realizável líquido dos estoques estão descritas na nota explicativa nº 5.

## 2.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Os valores contábeis de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações, instalações e benfeitorias	25
Equipamentos	10
Móveis, utensílios e equipamentos	10
Veículos	5

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (nota explicativa nº 2.8).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras perdas, líquidas” na demonstração do resultado.

## 2.8. “Impairment” de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por “impairment” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do “impairment”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “impairment”, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do “impairment” na data de apresentação do relatório.

## 2.9. Ativos biológicos

Trata-se de florestas de pinus e eucaliptos que se destinam à venda e uso na produção de celulose, madeira e construção. O processo de plantio e exatidão tem um ciclo aproximado de sete anos para o eucalipto e de dezoito anos para o pinus, variável com base na cultura e o material genético a que se refere. Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, líquido dos custos estimados de venda na época da colheita.

Os ativos biológicos, conforme determinam as normas contábeis, são reconhecidos quando, e somente quando:

- (i) A entidade controla o ativo como resultado de eventos passados.
- (ii) For provável que benefícios econômicos futuros associados com o ativo fluirão para a entidade.
- (iii) O valor justo ou custo do ativo puder ser mensurado com confiabilidade.

Se o ativo já estava reconhecido no balanço patrimonial, é porque os critérios de reconhecimento haviam sido atendidos. Portanto, se algum dos três critérios deixar de ser atendido, o ativo deve ser desconhecido.

A entidade pode deixar de possuir o controle do ativo por diversos motivos. O mais direto é em função da sua venda. Neste caso, deixa-se de ter o controle sobre ativo biológico, devendo ser transferido para a conta de estoque de produtos agropecuários, devendo ter sua mensuração inicial ao valor justo, menos as despesas de venda. Desse marco em diante, a empresa deve considerar as orientações práticas definidas pela norma da NBC TG 16 - Estoques, ou outra norma aplicável.

Os ativos biológicos são avaliados na data do balanço, sendo os ganhos ou perdas na variação de seu valor justo reconhecidos em uma linha específica da demonstração do resultado do exercício em que ocorrem, sob o título “Valor Justo dos Ativos Biológicos”.

Qualquer aumento ou redução do valor justo é determinado com base na diferença entre o valor justo no início e/ou aquisição e no final do exercício, líquido dos custos de plantio incorridos para o desenvolvimento de ativos biológicos e os ativos esgotados no ano.

As premissas significativas subjacentes à determinação do valor justo de ativos biológicos estão descritas na nota explicativa nº 9.

#### 2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

#### 2.11. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados ou expectativa de eventos futuros, sendo provável a saída de recursos para liquidar determinada obrigação, mensurada com base numa estimativa confiável do valor provisionado.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são descontadas utilizando uma taxa de desconto, que reflita, quando for o caso, os riscos específicos inerentes à obrigação.

Dentre as provisões levantadas pela Companhia, se encontram as provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, as quais são provisionadas quando os processos judiciais são avaliados como perda provável, pelos assessores jurídicos e pela Administração da Companhia. Essa avaliação é efetuada considerando a natureza dos processos em questão, similaridades com causas julgadas anteriormente e andamento do julgamento das causas.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, este ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenários de incerteza.

#### 2.12. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia optou pelo regime de lucro presumido, passando a calcular o Imposto de Renda (IRPJ) tomando como base 8% da receita de vendas e 100% da receita financeira; e calculando a Contribuição Social (CSLL) tomando como base 12% da receita de vendas e 100% da receita financeira. A opção pelo regime tributário é anual.

Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência.

#### 2.13. Receitas

As receitas são registradas observando-se o princípio de competência do período. A principal receita da Companhia refere-se à venda de madeira em pé. A receita é reconhecida quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento em que os compradores têm a capacidade de direcionar o uso do ativo biológico, e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios remanescentes desse ativo biológico, mesmo que tenha decidido não exercer seu direito de tomar a posse física desse ativo biológico, ou ainda não tenha autorização para tomar posse.

Conforme CPC 47 - Receita de contato com cliente, houve a adoção de um modelo de 5 etapas para o reconhecimento de receita de contrato com um cliente:

- Etapa 1 - Identificar o(s) contrato(s) com um cliente.
- Etapa 2 - Identificar as obrigações de desempenho.
- Etapa 3 - Determinar o preço da transação, por obrigação de desempenho.
- Etapa 4 - Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato.
- Etapa 5 - Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

#### 2.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, receitas e despesas. Sendo assim, nas demonstrações financeiras são incluídas estimativas referentes ao período de exaustão das florestas e cálculos de projeções para determinar o valor justo dos ativos biológicos. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os valores reais de realização ou liquidação dos ativos e passivos subjacentes podem diferir dessas estimativas.

## 2.15. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações aos pronunciamentos contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são obrigatoriamente válidas para o período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu/revisou algumas normas, as quais tem sua adoção para o exercício de 2024 ou após, e que a Companhia também não espera impactos em suas Demonstrações Financeiras quando da adoção destas normas, conforme a seguir:

Norma	Data de vigência	Descrição da alteração
CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	01/01/2024, aplicação retrospectiva.	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo as emendas, o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.
CPC 06: Arrendamentos	01/01/2024, aplicação retrospectiva.	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento ('Sale and Leaseback') de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação
CPC 03: Demonstração dos Fluxos de Caixa	01/01/2024, aplicação retrospectiva.	Divulgação das Operações de Risco Sacado, Desconto de títulos, Reverse factoring, Confirming e/ou assemelhadas, que envolvam as Companhias e seus fornecedores.

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2023</u>	<u>2024</u>
Disponibilidades	1	12
Aplicações financeiras	<u>8.798</u>	<u>5.582</u>
Totais	<u>8.799</u>	<u>5.594</u>

Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras compreendem Fundo de Renda Fixa Referenciado DI com rentabilidade aproximada de 96% do CDI ao mês (100% do CDI em 2023).

## 4. CONTAS A RECEBER

Os recebíveis referem-se a vendas de madeira, abaixo demonstrado, não existe nenhum item vencido e o prazo médio de recebimento da carteira é menor que de 30 dias.

<u>Cientes</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>
Total de clientes nacionais	7.468	4.472

## 5. ESTOQUES

Os insumos agropecuários referem-se a: mudas; herbicidas; formicidas e outros produtos utilizados na obtenção de ativos biológicos.

<u>Estoques</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>
Insumos	<u>518</u>	<u>603</u>
Total	<u>518</u>	<u>603</u>

## 6. TRIBUTOS A RECUPERAR

As movimentações ocorridas no grupo de tributos a recuperar/compensar referem-se ao saldo constantes do balanço patrimonial da empresa NGB Florestal Ltda., incorporada em 30/04/2020, abaixo demonstrado.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
INSS a Recuperar	42	42
Funrural a Recuperar	49	49
Outros tributos a recuperar	-	-
Total	<u>91</u>	<u>91</u>

## 7. OUTROS ATIVOS

## a) Adiantamentos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Os adiantamentos são compostos pelas seguintes rubricas:		
Adiantamentos de férias	1	7
Adiantamentos a terceiros	<u>116</u>	<u>83</u>
Total	<u><u>117</u></u>	<u><u>90</u></u>

O saldo na conta de adiantamentos a terceiros, refere-se à contratação de prestadores de serviços para a silvicultura das fazendas e reflorestamentos.

## b) Despesas antecipadas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Seguros a apropriar	69	73
Outras despesas antecipadas	<u>25</u>	<u>72</u>
Total	<u><u>94</u></u>	<u><u>145</u></u>

## 8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O imobilizado são: terrenos, veículos, máquinas e equipamentos, computadores, móveis e utensílios, conforme demonstrado abaixo:

Imobilizado	Terrenos	Veículos	Máq. E equip.	Equip. Comp. Mov. E utens	Benfeit. Terceiros	Total
Saldo em 31 de dezembro 2022	59.230	653	151	158	-	60.192
Adições	321	594	4	132	81	1.132
Depreciação	-	(294)	(23)	(46)	(11)	(374)
Baixa Venda	-	(40)	-	(40)	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2023	<u>59.551</u>	<u>913</u>	<u>132</u>	<u>244</u>	<u>70</u>	<u>60.910</u>
Adições	550	24	35	45	2	656
Depreciação	-	(337)	(26)	(55)	(18)	(436)
Baixa venda	-	-	-	-	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2024	<u><u>60.101</u></u>	<u><u>600</u></u>	<u><u>141</u></u>	<u><u>234</u></u>	<u><u>54</u></u>	<u><u>61.130</u></u>

Intangível	Total Software
Saldo em 31 de dezembro 2022	210
Adições	341
Amortização	<u>(114)</u>
Saldo 31 de dezembro de 2023	437
Adições	69
Amortização	<u>(131)</u>
Saldo 31 de dezembro de 2024	<u><u>375</u></u>

## 9. ATIVOS BIOLÓGICOS

saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, apresentando da seguinte forma:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Custo histórico e agregados de ativo biológico	335.161	367.216
Ajuste dos ativos biológicos a valor justo	<u>64.732</u>	<u>7.703</u>
Total	<u><u>399.893</u></u>	<u><u>374.919</u></u>

Os custos de formação compreendem plantio e cultivo de pinus e florestas de eucalipto para comercialização de madeira que pode ser utilizada para o abastecimento de diversos processos de manufatura, como a produção de celulose, madeira serrada, molduras, chapas de compensado, MDF dentre outros fins. Em 31 de dezembro de 2024, considerando a área florestal, a Companhia é responsável por uma área total de 15.862 hectares de florestas plantadas, em comparação ao ano de 2023 com uma área total de 17.107 hectares de florestas plantadas, desconsiderando-se as áreas de preservação permanente e reserva legal, que devem ser mantidas para atendimento a legislação ambiental brasileira.

No balanço, os ativos biológicos estão registrados a valor justo, conforme as principais premissas listadas abaixo:

- Florestas de eucaliptos e de pinus após o seu plantio tem seu valor justo calculados, refletindo o preço de venda menos o custo para colocar tais produtos em condição de venda e consumo.
- A metodologia utilizada para a mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados de acordo com o ciclo de produtividade estimado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos, assim como o regime de tributação pelo lucro presumido.
- A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde a metodologia CAPM e reflete a visão do laudo independente e a atratividade dos investimentos florestais nos principais “clusters” brasileiros onde o foco dos investidores é no ativo florestal para o longo prazo.
- Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, material genético, regime de manejo florestal, potencial produtivo, e idade das florestas. Nas médias, entre o plantio e corte demanda 6 ou 7 anos para eucaliptos e 14 ou 16 anos para o pinus, podendo variar para mais ou para menos.
- Os preços dos ativos biológicos (madeira em pé) são obtidos por meio de pesquisa de mercado divulgada por empresas especializadas. Os valores levantados são ajustados, deduzindo-se os custos de capital e terras.
- Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos.

- A apuração da exaustão é realizada com base no valor justo dos ativos biológicos colhidos no período considerado.

<u>Reconciliação e variação dos movimentos do valor justo</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldos em 1º de janeiro	374.919	423.171
Aumento devido a incorporação, aquisição e formação de florestas:		
Compras e preparo do solo	14.845	7.657
	<u>389.764</u>	<u>430.828</u>
Redução devido à exaustão: Custo histórico	(21.542)	(25.564)
Valor Justo	<u>(33.061)</u>	<u>(38.048)</u>
	(54.603)	(63.612)
Variação no valor justo, menos despesas com vendas, devido a: Variação de preços e produtividade	64.732	7.703
Saldo em 31 de dezembro	<u>399.893</u>	<u>374.919</u>

#### Análise de sensibilidade

De acordo com a CPC 46 - Medição de valor justo, o cálculo de ativos biológicos se enquadra no Nível 3, devido à sua complexidade e estrutura de cálculo.

Entre as premissas utilizadas no cálculo destaca-se a sensibilidade aos preços utilizados na avaliação e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa descontado.

Os preços referem-se aos preços nas regiões onde a Companhia atua, e a taxa de desconto segue a metodologia CAPM.

Aumentos/(reduções) significativos nos preços usados podem resultar em aumento/(diminuição) na mensuração do valor justo dos ativos biológicos.

O preço médio ponderado utilizado na avaliação dos ativos biológicos do exercício de 2024 foi equivalente a R\$151,31/m<sup>3</sup> para o Pinus (R\$130,19/m<sup>3</sup> em 31 de dezembro de 2023) e para o eucalipto R\$86,66/m<sup>3</sup> (R\$51,75/m<sup>3</sup> em 31 de dezembro de 2023).

Em relação à taxa de desconto, os efeitos significativos do aumento/(redução) da taxa utilizada para mensurar o valor justo dos ativos biológicos resultariam em uma diminuição/(aumento) dos valores medidos. A taxa de desconto utilizada na avaliação de ativos biológicos do exercício de 2024 foi de 8,58% em moeda constante (8,42% em 31 de dezembro de 2023).

#### 10. FORNECEDORES

	<u>2023</u>	<u>2024</u>
Totais de fornecedores nacionais	898	537

O prazo médio de pagamento é de 30 dias.

## 11. TRIBUTOS A PAGAR

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Obrigações sociais</u>		
INSS a recolher	118	55
FGTS a pagar	20	17
INSS sobre serviços de terceiros a pagar	27	-
Total	<u>165</u>	<u>72</u>
<u>Obrigações fiscais</u>		
IRRF/CSRF sobre serviços de terceiros	5	8
IRRF sobre salários a recolher	22	24
ICMS sobre faturamento	-	36
ISS retido na fonte sobre serviços de terceiros	28	11
PIS sobre faturamento a pagar	28	26
COFINS sobre faturamento a pagar	131	120
IRPJ a pagar	334	178
CSLL a pagar	247	148
Total	<u>795</u>	<u>551</u>

## 12. ADIANTAMENTOS RECEBIDOS

Representa uma obrigação contratual do beneficiário ao seu cliente devido a um antecipado. Os saldos desta conta, serão faturados pela Companhia.

<u>Adiantamentos recebidos</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>
Totais de adiantamentos recebidos	657	481

## 13. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

Representa o montante da provisão de férias a pagar calculada com base na remuneração mensal do empregado no mês do encerramento do período base e o número de dias de férias a que já tiver direito na data do Balanço. O número de dias de férias do empregado é regulamentado pela legislação trabalhista. Incidem sobre estes valores os encargos sociais de INSS e FGTS.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Férias a pagar	236	206
Encargos sociais sobre férias a pagar	82	72
Total	<u>318</u>	<u>278</u>

## 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 2023 foi realizado um financiamento de veículo para auxiliar na prevenção de incêndios em áreas florestais. Este veículo foi adquirido pelo valor de R\$550 mediante alienação fiduciária a favor do banco Itaucard S.A., no qual deverá ser quitado em 60 (sessenta) parcelas mensais no valor de R\$13.

	2024	2023
Saldo em 01 de janeiro	485	-
Aquisição de financiamentos	-	550
(+) Juros	48	28
(-) Pagamentos de principal + juros	<u>(158)</u>	<u>(93)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>375</u>	<u>485</u>
Circulante	183	183
Não circulante	<u>192</u>	<u>302</u>
Total	<u>375</u>	<u>485</u>

## 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Capital

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é de R\$282.999.781 composto por 141.499.891 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 141.499.890 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal sem direito a voto nas Assembleias Gerais de Acionistas da Companhia, com direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ações ordinárias, sem qualquer prioridade no que se refere à participação dos lucros distribuídos, mas com prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

Acionista	Tipo de ação	2024 (em reais - R\$)		Capital Social Integralizado
		Quantidade de ações Subscritas	Quantidade de ações Integralizadas	
Acionista I	PN (*)	141.499.890	141.499.890	141.499.890
Acionista I	ON (**)	69.334.947	69.334.947	69.334.947
Acionista II	ON (**)	72.164.944	<u>72.164.944</u>	<u>72.164.944</u>
Total			<u>282.999.781</u>	<u>282.999.781</u>

(\*) Ações Preferenciais Nominais. (\*\*) Ações Ordinárias Nominais.

Acionista	Tipo de ação	2023 (em reais - R\$)		Capital Social Integralizado
		Quantidade de ações Subscritas	Quantidade de ações Integralizadas	
Acionista I	PN (*)	141.499.890	141.499.890	141.499.890
Acionista I	ON (**)	69.334.947	69.334.947	69.334.947
Acionista II	ON (**)	72.164.944	<u>72.164.944</u>	<u>72.164.944</u>
Total			<u>282.999.781</u>	<u>282.999.781</u>

(\*) Ações Preferenciais Nominais.

(\*\*) Ações Ordinárias Nominais.

b) Reserva legal

Conforme previsto na Lei 6.404/76, o artigo 193, o saldo da rubrica “Reserva Legal” refere-se ao equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital.

c) Dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei 6.404/76, artigo 202. Qualquer parcela remanescente do lucro líquido do exercício será apropriada de acordo com deliberação da AGE - Assembleia Geral de Acionistas.

Durante os exercícios de 2024 e 2023, houve a deliberação de distribuição de dividendos nos seguintes montantes aos acionistas:

Ano	Descrição	Valor pagos
2023	Pagamento dividendo – Acionista I	32.749
2023	Pagamento dividendo - Acionista II	11.210
	Total	<u>43.959</u>
2024	Pagamento dividendo - Acionista I	26.522
2024	Pagamento dividendo - Acionista II	9.078
	Total	<u>35.600</u>

d) Lucro básico por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (em milhares, exceto valor por ação)

	2024	2023
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	65.940	(2.789)
Lucro / (prejuízo) por ação atribuído aos acionistas da Companhia:		
Quantidade de ações	283.000	283.000
Lucro/(prejuízo) por ação	0,2330	(0,0099)

e) Reserva especial

Em 2024, a Companhia constituiu a Reserva Especial no valor de R\$16.485 referente ao dividendo mínimo obrigatório conforme Estatuto Social calculado sobre o resultado do exercício de 31 de dezembro de 2024.

## 16. RECEITA LIQUIDA DE VENDA

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita bruta das vendas de produtos agrícolas	67.404	70.055
(-) Deduções da receita bruta:		
Impostos incidentes s/ vendas	(2.440)	(2.790)
Devoluções de vendas	(547)	-
Total Receitas líquidas de vendas	<u>64.417</u>	<u>67.265</u>

## 17. CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2023</u>	<u>2024</u>
Custo dos produtos vendidos (Exaustão do ativo biológico)	(49.106)	(63.612)
Custo silvicultura	(1.095)	(1.369)
Custo colheita	(3.571)	(3.802)
Custo patrimonial	(606)	(586)
Custo planejamento	(223)	(277)
Total do custo	<u>(54.601)</u>	<u>(69.645)</u>

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Despesas Administrativas</u>		
Aluguéis	(136)	(96)
Assessoria e consultoria	(339)	(470)
Depreciação/amortização	(436)	(488)
Despesas com viagens	(20)	(26)
Honorários advocatícios/contábeis/auditoria	(926)	(674)
Locação de veículos	(132)	(75)
Mensalidades e anuidades	(68)	(44)
Seguros	(190)	(188)
Suporte informática	(99)	(392)
Outras	(925)	(458)
	<u>(3.271)</u>	<u>(2.911)</u>
<u>Despesas gerais</u>		
Despesas com pessoal administrativo	(1.325)	(1.232)
Despesas com pessoal silvicultura	(274)	(435)
Despesas com pessoal colheita	(1.099)	(1.089)
Despesas com pessoal patrimonial	(927)	(871)
Despesas com pessoal planejamento	(181)	(256)
Total das despesas	<u>(7.077)</u>	<u>(6.794)</u>

## 18. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2023</u>	<u>2024</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Receitas de investimentos financeiros	844	1.191
Descontos obtidos	3	1
Outras	<u>1</u>	<u>2</u>
Total receitas financeiras	<u>848</u>	<u>1.194</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Despesas bancárias - taxas e tarifas	(7)	(8)
Juros	(49)	(28)
Multas	(4)	(5)
IOF	<u>(5)</u>	<u>(5)</u>
Total de despesas financeiras	<u>(65)</u>	<u>(46)</u>
 Total	 <u><u>783</u></u>	 <u><u>1.148</u></u>

Em 2023 e 2024, os juros referem-se ao financiamento junto ao Banco Itaucar S.A.

## 19. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Bonificações recebidas	-	-
Outras despesas operacional	(1)	-
Outras Receitas	2	-
Reembolso de despesas	<u>16</u>	<u>112</u>
Total	<u>17</u>	<u>112</u>

## 20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com a legislação pertinente, a 25% e 9% pode ser assim demonstrado:

	<u>Taxa</u>	<u>Impostode Renda 2024</u>	<u>Imposto de Renda 2023</u>	<u>Contribuição Social 2024</u>	<u>Contribuição Social 2023</u>
Base fiscal de vendas Base de cálculo de		66.857	70.055	66.857	70.055
imposto inicial vendas	8%/12%	5.349	5.604	8.023	8.406
Outras receitas	100%	<u>865</u>	<u>1.305</u>	<u>865</u>	<u>1.305</u>
Base de cálculo		6.214	6.909	8.888	9.711
 Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)		932	1.036	800	874
Imposto de renda adicional (10%)		<u>598</u>	<u>668</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de imposto de renda e contribuição social a pagar		<u><u>1.530</u></u>	<u><u>1.704</u></u>	<u><u>800</u></u>	<u><u>874</u></u>

	2024	2023
Imposto de renda	1.530	1.704
Contribuição social	800	874
Total dos impostos do exercício	<u>2.330</u>	<u>2.578</u>

## 21. PARTES RELACIONADAS

No final do exercício a Companhia não possuía valores a receber de suas partes relacionadas, mantendo apenas um saldo a pagar no valor de R\$90 referente à reembolso de despesas. No que tange à faturamento entre partes relacionadas, os seguintes montantes foram transacionados conforme abaixo.

	2023	2024
Acionista II	5.085	2.450
Total	<u>5.085</u>	<u>2.450</u>

## 22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a) Atribuição dos valores financeiros e valores justos

Os instrumentos financeiros mantidos no balanço da Companhia em 31 de dezembro de 2024 são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro.

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: caixa e equivalente de caixa, contas a receber e fornecedores são classificados como “custo amortizado” e aplicações financeiras como “custo amortizado por meio do resultado”.

		31 de dezembro de 2024			
		Valor contábil		Valor Justo nível 1	
Ativo	Nota	Até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Totais	Totais
Ativos financeiros não mensurados a valor justo:					
Caixa e equivalente de caixa	3	8.799	-	8.799	8.799
Contas a receber	4	-	7.468	7.468	7.468
Totais		<u>8.799</u>	<u>7.468</u>	<u>16.267</u>	<u>16.267</u>
		31 de dezembro de 2023			
		Valor contábil		Valor Justo nível 1	
Ativo	Nota	Até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Totais	Totais
Ativos financeiros não mensurados a valor justo:					
Fornecedores	10	898	-	898	898
Empréstimos e financiamentos	14	-	375	375	375
Tributos a pagar	11	960	-	960	960
Totais		<u>1.858</u>	<u>375</u>	<u>2.233</u>	<u>2.233</u>

		31 de dezembro de 2023			
		Valor contábil		Valor Justo nível 1	
Passivo	Nota	Até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Totais	Totais
Ativos financeiros não mensurados a valor justo:					
Caixa e equivalente de caixa	3	5.594	-	5.594	5.594
Contas a receber	4	-	4.472	4.472	4.472
<b>Totais</b>		<b>5.594</b>	<b>4.472</b>	<b>10.066</b>	<b>10.066</b>

		31 de dezembro de 2023			
		Valor contábil		Valor Justo nível 1	
Passivo	Nota	Até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Totais	Totais
Ativos financeiros não mensurados a valor justo:					
Fornecedores	10	537	-	537	537
Empréstimos e financiamentos	14	-	485	485	485
Tributos a pagar	11	623	-	623	623
<b>Totais</b>		<b>1.160</b>	<b>485</b>	<b>1.645</b>	<b>1.645</b>

#### b) Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis foram definidos, conforme segue:

- Nível 1: Os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e similares.
- Nível 2: Insumos, além dos preços cotados, incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3: Premissas para ativos ou passivos que não são baseados em dados de mercado observáveis (entradas não observáveis).

#### c) Determinação do Valor Justo

Com relação à determinação do valor justo de instrumentos financeiros, a Companhia adotou as definições técnicas de Hierarquia de Valor Justo dos níveis 1 e 2, e relacionadas aos ativos biológicos, nível 3 por sua complexidade e estrutura de cálculo.

#### d) Estrutura de Gestão de Risco

As políticas de gestão de riscos da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, definir limites e controles de risco adequados, monitorar riscos e aderência aos limites.

As políticas e sistemas de gestão de riscos são frequentemente revisados para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas regras e procedimentos de treinamento e gestão, tem como objetivo desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo no qual todos os funcionários compreendam seus papéis e obrigações.

##### (i) Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro como resultado do não cumprimento de suas obrigações contratuais.

Bancos e instituições financeiras

A Companhia com o objetivo de reduzir o risco de crédito, mantém suas operações financeiras em instituições financeiras de primeira linha classificadas como high grade pelas principais agências de classificação de risco.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito está apresentado a seguir:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa	8.799	5.594
Contas a receber de clientes	<u>7.468</u>	<u>4.472</u>
Total do ativo circulante	<u>16.267</u>	<u>10.066</u>

Avaliação de risco de Contas a receber

Na companhia, o risco de crédito possui gestão corporativa, e decorre de avaliação de aspectos históricos da carteira de clientes, negociações contratuais, entre outros.

Os limites de crédito são submetidos à aprovação da diretoria e são concedidos de forma individual a cada cliente conforme o risco analisado e identificado.

## (ii) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia venha a encontrar dificuldades no cumprimento das obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidadas com pagamentos em dinheiro ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia em relação à gestão de liquidez é assegurar, tanto quanto possível, que ela tenha sempre liquidez suficiente para cumprir suas obrigações em condições normais e/ou estressantes, sem causar perdas inaceitáveis ou pôr em risco de prejudicar a reputação da Companhia.

## (iii) Risco de Mercado

Provém da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros e de câmbio de seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia não possui instrumentos de proteção, uma vez que não possui ativos e passivos sujeitos a variação cambial e não possui exposição relevante a riscos de taxa de juros.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.